

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO X

HOMENAGEM AO DOUTOR DAMIÃO PERES



COIMBRA / 1962

Os Ingleses em Aljubarrota: um problema resolvido através de documentos do Public Record Office, Londres.

I — Em potência, a fonte de informação mais importante sobre a participação inglesa na campanha de Aljubarrota é uma carta particular que se supõe ter sido escrita por Gonçalo Domingues, cônego de Lisboa, ao abade de Alcolbaça D. João de Orneias, em 3 de Abril de 1385 (*). Nela se encontra uma descrição, pretensamente feita por testemunha ocular, do desembarque de tropas inglesas em Lisboa, realizado no dia anterior, com a citação do número exacto dessas tropas, bem como da chegada a Setúbal e ao Porto de determinado número de outros soldados ingleses. Tal informação, a ser autêntica, vem contradizer a afirmação de Fernão Lopes de que foram poucas as tropas de Inglaterra e da Gasconha inglesa que chegaram a Portugal, levantando também no nosso espírito certo coeficiente de dúvida quanto à asserção do mesmo autor de que era somente de 200 o número de ingleses presentes na batalha.

Esta carta, embora bem conhecida dos historiadores e publicada várias vezes a partir do século XVIII, tem sido, modernamente, considerada suspeita, não entrando, por isso, em linha de conta nos cálculos de alguns historiadores da campanha. Não podemos deixar de admitir que há razões para que se duvide da autenticidade da carta. Contudo, quando, para um livro recente, me dediquei ao problema da participação inglesa em Aljubarrota, fui levado a

(¹) **Todas as referências à carta nesta comunicação dizem respeito à versão que se encontra em Soares da Sylva, *Memorias para a historia del rey D. João I, III, (Lisboa, 1732), pp. 1181-5, a qual é uma transcrição da que se imprimiu na edição de Fernão Lopes de 1644.***

concluir, embora com hesitação, que a carta talvez seja autêntica (2). E isto porque certas informações referentes ao envio de tropas inglesas para Portugal em 1305 — que se encontram em relatórios publicados e inéditos da chancelaria inglesa e em crônicas inglesas contemporâneas—, parecem confirmar os factos apresentados -na narrativa que se atribui a Gonçalo Domingues. Um documento que há meses encontrei no Public Record Office de Londres, vem agora, na minha opinião, remover quaisquer motivos de dúvida sobre a autenticidade da carta de 1385.

O fim da presente comunicação é tornar conhecidas as provas que me levaram a esta conclusão e fazer um breve exame das implicações resultantes da aceitação da carta como autêntica.

II — A carta foi publicada pela primeira vez, segundo as bibliografias, por Rodrigo da Cunha na sua *História ecclesiastica dos arcebispos de Braga* (1(63(4-5). Não me foi possível verificar esta informação em virtude de o referido livro não se encontrar em Inglaterra. Veio novamente à luz da imprensa no *Discurso gratulatório (1642)* de Francisco Brandão. Aparece também no capítulo IV (f. 11) da edição da segunda parte da *Crónica de D. João I* publicada por António Alvares em 1644. Uma vez que este capítulo contém também uma descrição da chegada das tropas inglesas a Lisboa por o mesmo Lopes e não há qualquer indicação no texto de 1644 de que a carta fosse uma interpolação feita por António Alvares, pensou-se durante muito tempo ter a carta sido transcrita pelo próprio Lopes. Mas não é, com certeza, assim. Ela não aparece nem no manuscrito do Museu Britânico nem no da Torre do Tombo. É evidente que António Alvares sabia da sua existência ou pelo livro de Rodrigo da Cunha ou pelo de Francisco Brandão. Na edição de 1644, vem precedida a carta da afirmação de que o original se encontrava, naquela altura, no cartório de Alcoça. Que eu saiba ainda nenhum investigador moderno a encontrou entre os manuscritos alcobaenses.

A carta /descreve a chegada de dois barcos de Inglaterra em frente a Lisboa no Domingo de Páscoa—>2 de Abril — de 1385, transportando 200 homens de armas e 200 archeiros, bem .como

(2) Russell, *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, (Oxford, 1955), cap. XVI, *passim*.

400 moios de trigo e grande quantidade de farinha e de toucinho. Gonçálio Domingues faz uma descrição detalhada, a que dedica espaço considerável, da acção naval que se seguiu entre dez galés castelhanas que bloqueavam o porto e os dois barcos ingleses, os quais, explica ele, graças ao fogo defensivo dos archeiros ingleses e à intervenção divina, conseguiram romper o bloqueio. Continua depois Gonçalo Domingues a informar o abade de que um terceiro navio que levava 45 homens de armas e 45 archeiros, segundo ele ouviu dizer, tinha alcançado Setúbal, ao passo que um quarto ainda, que saíra de Inglaterra coim os outros, levando a bordo 150 homens de armas e archeiros (ou, talvez, 150 de -cada), se julgava ter chegado ao Porto (3). Acrescenta que a esta cidade se destinavam os quatro navios ao saírem de Inglaterra mas que não conseguiram os outros três arribar lá. Termina a carta com a relação de mais algumas noticias de Inglaterra trazidas pelos dois barcos. Constava que o mestre de Santiago (Fernão Afonso de Albuquerque) e Lourenço Anes Pogaça, enviados de D. João à corte de Ricardo II, tinham já concluído uma aliança com o rei inglês, em consequência da qual dez galés portuguesas iriam servir em águas inglesas e mais 700 homens de armas ingleses viriam para Portugal, por conta do governo inglês, em apoio de D. João. IDomingues observa que obtivera esta informação de um certo Silvestre Estevens, o qual já a comunicara a D. João — que se encontrava a esse tempo, naturalmente, em Coimbra.

Perante a dúvida que se levanta sobre a autenticidade desta carta, seria natural que se começasse por examiná-la sob o ponto de vista linguístico e estilístico a fim de se obterem provas de que ela foi escrita no século catorze. Ora isto não é possível, pelo menos de forma concludente, a não ser que o texto de Rodrigo da Cunha seja diferente dos que eu conheço. Estes foram de tal forma modernizados pelos editores do século XVTI, que um exame sério para

(3) O texto da oarta é ambíguo quanto ao número de tropas que chegaram ao Porto. Em vez de declarar categoricamente, como nos casos dos outros barcos, o número de homens de armais e de archeiros transportados, diz chuma não outra vinha em companhia destas, em que vinham cento e cinquenta lanças oaoi ætia fl&cheiroa...» Embora 3)00 homens não constituíssem carga impossível para um barco grande naquela altura, parece-me mais prudente supor que seriam 150 homens ao todo.

determinar o estado linguístico do original se torna, na verdade, muito difícil. Acrescente-se a isto, o facto da incerteza em que estamos sobre se esse texto original teria sido ou não, escrito na língua vernácula. Algumas frases em latim que subsistiram na transcrição do século XVIII, levam-os a admitir a possibilidade de que a sua redacção primitiva tenha sido nesta língua. Daqui a necessidade de examinar a autenticidade do documento à luz do seu conteúdo histórico.

Vejamos, primeiramente, as razões que temos para duvidar dela.

Tendo a carta sido escrita, supõe-se, a três de Abril, é nela D. João tratado como «rei». Não se deve, todavia, ligar grande importância a isto. As Cortes, convocadas para eleger D. João, tinham estado reunidas desde o princípio de Março e, em Lisboa, por certo ninguém tinha dúvidas quanto à sua decisão.

Eu nunca encontrei qualquer referência a Gonçalo Domingues, mas isto não quer dizer nada, uma vez que não possuímos informações adequadas sobre o cabido da Sé desse tempo.

A referência a Silvestre Esteves é, contudo, uma prova indirecta da provável autenticidade da carta. Esta pessoa foi um dos signatários do documento em que a cidade de Lisboa constituía os seus procuradores às Cortes de Coímbra e lhes dava instruções para que apoiassem a candidatura de D. João. Ele mesmo detinha o cargo de procurador de Lisboa em 1385. Era, evidentemente, um dos dois procuradores permanentes da cidade nomeados nos termos da carta de privilégio concedida pelo regente em Abril de 1384. Visto que a atribuição destes funcionários era agirem como oficiais de ligação entre o conselho da cidade e o conselho régio, competiria a Silvestre Esteves informar D. João da chegada dos reforços ingleses (4).

Podem, não obstante, levantar-se outras objecções ao conteúdo histórico da carta. O tratado de aliança com a Inglaterra, a que nela se faz referência, só foi concluído em 1386 e foi de seis e não de dez o número de galíes portuguesas que foram para Inglaterra em 1385 (5). Além disso, não há, entre os documentos da chancelaria inglesa, qualquer referência aos outros 700 homens que Gonçalo Domingues diz que iriam ser enviados para Portugal e podemos

(4) Vier Marcello Caetano, «As Cortes de 1385 », *Revista portuguesa de história*, V (1951), pp. 52-53.

(5) *IRUMCM, ob. cit.*, p. 376, m. 4.

ter a certeza de que esses 700 homens de armas nem foram enviados nem sequer recrutados.

Estes erros de informação não são significativos. É claro que as relações apresentadas por Estevens e por Domingues, não tinham carácter oficial e visavam apenas informar sobre o estado das negociações anglo-portuguesas segundo o que se sabia da boca dos viajantes que vinham nos dois barcos. É ainda de admitir que os dois embaixadores esperassem, nessa altura, conseguir de Ricardo II a promessa do envio de mais 700 homens de armas para Portugal à custa do governo inglês. A atitude hesitante deste em relação aos assuntos peninsulares, por esse tempo, era tal, que a sua adesão ao empreendimento pode muito bem ter sido dada, mas retirada posteriormente em face da atitude hostil da Câmara dos Comuns perante qualquer pedido para financiar novas aventuras militares na Península Ibérica. A lembrança do que tinha acontecido a Edmundo de Cambridge em Portugal era ainda muito viva nos Comuns.

Por outro lado, as provas da autenticidade da carta, ou, pelo menos, da autenticidade (das notícias que ela contém, são irresistíveis.

Como já tenho dito, há documentos ingleses que abonam o parecer de que uma pequena esquadra inglesa com tropas destinadas a Portugal, saiu de (Inglaterra a tempo de chegar a Lisboa no principio de Abril de 1385. Já a 8 de Janeiro tinham sido dadas ordens para que se concentrassem no porto de Plymouth os navios que haviam de levar a Portugal os homens de armas, homens armados, e archeiros recrutados para irem servir neste país. Os navios deveriam estar prontos por volta de 29 do mesmo mês. No dia 15 de Fevereiro dois funcionários receberam ánsitruções para passarem em revista em Plymouth os homens que iam embarcar ⁽⁶⁾. A partida destes contingentes era sempre caracterizada por grandes atrasos. Quando se fez ao largo, na realidade, este pequeno exército ? Gonçalo Domingues fornece um pequeno detalhe que indica a data da partida. Os soldados que desembarcaram em Lisboa, diz-nos ele, tinham recebido adiantadamente os seus salários para três meses contados a partir da última 6.^{ta} feira anterior ao Domingo de Ramo®.

⁽⁶⁾ *Idem*, pp. 372-3.

isto é, 24 de Março. Segundo a prática daquele tempo, era no momento do embarque que as tropas que iam para longe eram pagas. A viagem até Lisboa deve, por isso, ter levado cerca de 10 dias, que era então o espaço de tempo normal (às vezes menos) de tal viagem.

É preciso agora verificar se o transporte de 400 soldados está dentro da capacidade normal de dois navios do fim do século XIV e se existe algum documento inglês ou português que nos possa fazer crer que tal número de homens, acrescido do daqueles que chegaram ao Porto e a Setúbal, foi, de facto, mandado a Portugal nesita altura.

Os textos da carta que eu conheço falam em «huma nao, e huma barca». Esta última palavra é uma adulteração setecentista do texto original, quer em Português 'quer em Latim. A forma correcta é *barcha*, isto é, a forma do Português Medieval correspondente ao Fr. *barche*, Ingl. *barge*, Lat. *barbea*. A forma correcta é empregada por Fernão Lopes na sua descrição da chegada destes dois barcos a Lisboa.

Embora a *barcha* tivesse sido originariamente uma embarcação pequena, não era já este o caso no fim do século XIV. A distinção entre *navis* e *barbea*, pelo menos em Inglaterra, baseava-se agora mais no tipo do que no tamanho (7). Não hiá motivo para por em dúvida que urna nau e urna barca de tamanho razoável desse tempo, mas não anormalmente grandes, pudessem transportar do norte da Europa para Portugal 400 soldados. Uma embarcação isolada, com 200 homens de armas comandados por um conde alemão tinha sido, de facto, capturada por uma esquadra castelhana em Março de 1382, quando, com reforços para o exército de Dom Fernando, se dirigia a Portugal (8). É verdade que foi necessária a média de 1,6 tonelada por homem para transportar o exército de 3.000 soldados do conde de Cambridge de Plymouth para Lisboa, em 1381. Mas esse exército, ao contrário da pequena força que nos interessa agora, fazia-se acompanhar de toda a bagagem

(7) Este facto toma-se claro pelas descrições minuciosas do tipo e tonelagem de cada um dos transportes de tropas empregados para levar os exércitos d's Cambridge e Lancaster à Península Ibérica em 1381 e 1386 (Public Record Office, *Exchequer (K. R. Accounts)*, 39, n.º 17 e 49, n.º 19).

(8) «*Archivo de la Corona de Aragón, reel. 12174, f. 27 v.*

militar e particular própria de uma corte principesca; além disso, poneos foram os cavaleiros que vieram a Portugal em 1386, não havendo, por isso, necessidade de espaço adicional nos transportes para as comitivas de criados como as que acompanhavam o exército do conde de Cambridge. Quanto ao «bom navio pequeno» que se diz ter arribado a Setúbal com 90 soldados e ao outro navio que se julga ter ido parar ao Porto, não oferecem os algarismos qualquer dificuldade logística (9).

Em apoio da informação de Gonçalo Oomlingues relativa ao número de soldados, há uma importante prova inglesa.

A crónica do anónimo Monge de Westminster, que é do tempo em que estes acontecimentos se passaram em Portugal, dedica um parágrafo curto mas bem informado a Aljubarrotta. Nele afirma categoricamente que D. João I foi auxiliado na batalha por cerca de 700 soldados ingleses. Uma das características da obra do Monge de Westminster é o grande uso que ele faz de documentos particulares e públicos que lhe chegaram às mãos na grande abadia londrina. Por isso a sua obra tem um valor particular (10). Sabemos ainda que, desde o tempo de Eduardo III, era costume do governo inglês fazer circular, para informação do grande público, cópias de cartas que vinham do estrangeiro com relatos de campanhas vitoriosas em que tropas inglesas tinham tomado parte. Vários cronistas monásticos ingleses se utilizaram destas cartas-jornais (11). A narração que o Monge de Westminster nos faz de

(9) Ver m. 3, *supra*.

(10) Diz textualmente o Monge de Westminster: «Item vjº Septembris venerunt nova de amissione villae de Damme. Quo in tempore venerunt certa nuntia de quodam bello commisso fin Portyngal inter reges Hispaniae et Portyngal: cessit victoria regi Portyngal... qui siecum habuit in exercitu suo AnigUoos belliosos cum sagittariis quasi septingentos» (*Polychronicon Ranulphi Hieden*, ed. J. R. Lumby, IX (London, 1886), p. 66). Sobre o valor da crónica do anónimo monge escreve E. Perroy, a respeito de outro assunto: «Il n'est pas surprenant de voir le document connu du Moine de Westminster; oe chroniqueur, nous aurons encore l'occasion de le noter, a connu bon nombre de textes officiels ou privés qui rendent son oeuvre des plus précieuses» (*L'Angleterre et le grand schisme d'occident*, (Paris; 1933), p. 190, n. 5).

(11) Para uma descrição destas cartas-jornais ver Eugène Déprez, «La bataille de Nájera, 3 avril 1367. Le communiqué du Prince Noir», *Revue historique*, GXXXVI (1921), pp. 37-52, e A. E. Prince, «A letter of the Black Prince describing the battle of Nájera in 1367», *English historical review*, XLVI

Aljubarrota apresenta algumas características de informação obtida através de tais fontes ⁽¹²⁾. Não vejo razão para que aceitemos como mais correcto o número de 200 estrangeiros de todas as nacionalidades que Fernão (Lopes nos apresenta, escrevendo meio século mais tarde e confessando, como o 'faz, que a sua versão é o resultado da escolha a que se deu de entre certo número de narrativas, alguma9 das quais se perderam ⁽¹³⁾.

IEu bem sei, naturalmente, que também Froissart, em urna da« suas descrições da campanha, sugere que seriam apenas uns duzentos os soldados ingleses que estiveram em Aljubarrota. (Mas, numa outra versão eleva o número para 500, estando ambas as versões repletas de erros factuais de toda a espécie. Suponho que a falta de confiança que inspiram as crónicas de Froissart sempre que tratam de assuntos ibéricos tem sido tantas vezes posta à prova, que é desnecessário insistir neste ponto. No que respeita a questões portuguesas, basta aludir ao exame detalhado da veracidade de Froissart que fez Salvador Dias Arnaut no seu admirável estudo da batalha de Trancoso ((Coimbra, 19'47). Nestas circunstâncias, em pouca conta deverá ser tido qualquer dos dois cálculos deste cronista.

Mas alguns dlementos em abono dos números fornecidos por Gonçalo Domingue® se podem aduzir das palavras usadas nas ordena emitidas por Ricardo II em Janeiro e Fevereiro de 1385 referentes às disposições para a concentração e transporte dos reforços para Portugal. Preveem das, com clareza, a necessidade de concentrar uma pequena esquadra — não um ou, quando muito, dois barcos que bastariam para transportar os 200 homens mencionados/ por Fernão Lopes ⁽¹⁴⁾.

O novo documento do Public Record Office a que me referi no princípio desta comunicação lança também bastante luz sobre toda

(1926), que se rdferre às Crónicas inglesas que utilizaram a carta do Príncipe Negro.

⁽¹²⁾ Fornece assim uma lista minuciosa e exacta dos magnates castelhanos que tinham sido mortos — característica destas cartas.

⁽¹³⁾ *Crónica de D. João I: segunda parte, cap. xxxvii, pp. <81-83. As referências à seçurtda parte da Crónica die D. João nesta comunicação dizem respeito às provas do texto inédito preparado por W. J. Entwiatie, de que possuo uma cópia corrigida. Parla a primeira parte sirvo-me da edição de A. Braamcamp Freire (Lisboa, 1915).*

⁽¹⁴⁾ Rymer, *Foedera*, VII, ,p. 453.

a questão. A carta de Gonçalo Domingues, al'ém de mencionar o número de tropas transportadas pelos dois barcos que chegaram a Lisboa acrescenta, lembremo-lo, que taimlbém ne'les seguiam 400 moios de triigo. Ora, nessa altura, a exportação de trigo de Inglaterra era rigorosamente controlada e sió podia fazer-se com uma licença especial do rei. Não consegui encontrar nem nos *Patent Rolls* nem nos *Closie Rolls* qualquer licença de exportação de trigo para Portugal que explicasse a sua chegada a Lisboa em princípios de Abril de 1385. Existe, todavia, essa licença na série de *Treaty Rolls* ⁽¹⁵⁾. Não foi copiada por Rymer quando, ao organizar a sua famosa coilecção, examinou esta série.

A licença é datada de 12 de Fevereiro de 1385, isto é, de quatro dias antes da saída dais ordens para a revista das tropas em Plymouth. Foi concedida a um armador de Dartmouth, Edmundo Arnald, a quem autorizava a Comprar e exportar para Lisboa 1.000 *quarteria* de trigo, num barco seu chamado *Peter*, de Dartmouth, tendo por capitão Thomas Lynne. Ora 1.000 *quarteria* mediam então entre 8.000 e 10.000 *bushels* ingleses, que equivalem a umas 250 toneladas de carga — quantidade que 'fez certamente sentir os seus efeitos nas condições de abastecimento da esfomeada Lisboa ⁽¹⁶⁾. O *Peter*, pois, devia ter sido um barco bastante grande,

⁽¹⁵⁾ Public Record Office, *Treaty Rolls*, n.º '69, m. 12: «Rex universis et singulis admirallis etc. salutem. Sciatis quod, de gracia nostra speciali, concessimus et licenciam dedimus Edmundo Amald quod ipse, per se et servientes suos, mille quarteria frumenti emere et providere et ea in quadam navi vocata Petre, de Dertmuth, unde Thomas Tenne est magister, careare et ea versus partes Portugaliae, pro vitellacione ville de Lusshebone in Portugalie ac aliorum fidelium nostrorum ad eandem villam confluentum ducere et cariare possit...» O resto do texto expressa o desejo particular do rei de que este carregamento saia do país sem qualquer estorvo. Há uma ou duas licenças para a exportação de trigo a Portugal <no verão, mas estas só falam de quantidades pequenas — e. g. em 8 de Junho de 1385 foi concedida a John Haywood para exportar 50 *quarters* de Bristol (E. M. Carus Wilson, *The overseas trade oi Bristol in the later middle ages*, (Bristol Record iSociety: Bristol, 11937), p. 40.

⁽¹⁶⁾ O *quarter* de trigo, pelo estatuto, media então oito *bushels* ou 500 libras (L. F. Salzman, *English trade m the middle ages*, (Oxford, 1931), p. 50 e p. 228). Nesta base, 1.00<0 *quarters* mediam aproximadamente 223 toneladas e equivaliam a cerca de 2.935 hectolitros. Segundo o costume, todavia, um *quarter* de trigo media 9 ou mesmo 10 *bushels*. A 9 *bushels* por *quarter* temos o equivalente de 3.278 hectolitros aproximadamente.

o que apoia o meu ponto de vista, expresso acima, de que os dois barcos juntos poderiam transportar os 400 soldados mencionados por Gonçalo Domingues. A licença contém mais algumas informações valiosas. Declara explicitamente, que a exportação do trigo é autorizada para dois fins: reabastecer a cidade de Lisboa e prover às necessidades dos súbditos ingleses que afluem à dita cidade. O governo inglês desejava, evidentemente, tomar medidas para que não faltassem provisões aos soldados que ia mandar para Portugal. O documento prova também que, em Fevereiro, o destino destes era Lisboa.

Até que ponto condiz a quantidade de trigo autorizada pela licença com os 400 moios a que Gonçalo Domingues se refere? Se entrarmos em ilimha de conta com o moio de Lisboa, parecem os meus cálculos indicar que a quantidade mencionada por Gonçalo Domingues — que equivale a uns 3.30LÆ hectolitros — é apenas ligeiramente superior àquela para que foi passada a licença inglesa ⁽¹⁷⁾. Este facto considero eu que deve eliminar quaisquer dúvidas que ainda restassem sobre a autenticidade da carta em questão.

Somente um ponto ainda necessita de ser esclarecido. Afirma-se na carta que era o Porto o destino dos quatro navios e que três deles, não sendo capazes de atingir aquela cidade — provavelmente por dificuldades de navegação —, se dirigiam então a Lisboa e a Setúbal. A licença passada a favor de Edmundo Arnald especifica, como vimos, que era Lisboa o porto de destino. Isto não constitui problema. Quando a licença foi passada, em Fevereiro, o porto de Lisboa não estava bloqueado pela esquadra castelhana. Mas, em Março de 1385, os castelhanos recomeçaram o bloqueio cerrado que tinham levantado em Outubro do ano anterior. Por certo, quando isto se soube em Inglaterra, o destino dos navios, desacompanhados de qualquer escolta, teve de ser alterado.

A chegada ao Porto de um navio com tropas inglesas, a que se refere Gonçalo Domingues, é, em parte, confirmada por uma carta de D. Duarte, muito conhecida e escrita em 1436. Contém a recapitulação da lista de serviços especiais prestados pelos portuenses a D. João, que tinha sido apresentada pelos representantes do Porto

⁽¹⁷⁾ **iPazendo o moio igual a 8,'2S hectolitros.**

às Cortes de Évora naquele amo. Entre outras coisas declaravam os portuenses que tinham enviado um baikro a Inglaterra a fim de trazer solidados ingleses para a defesa da sua cidade e do territorio de entre Douro e Minho. Acrescentavam ter pago sallados elevados a estas tropas durante muito tempo. Explicavam tamblém que tinham arranjado 10.000 francos em Inglaterra «conque mandaram vijmr mujtos jngreses archeiros e hornees dar-mas pera defenssom do Reyno» (18). Não existem, como já observei, qualquer indicios nos arquivos ingleses de que tropas inglesas tenham partido para Portugal nesta altura, al'ém das que foram recrutadas por Fernão Afonso de Albuquerque e Lourenço Anes Fogaça. Isto faz supor que os portuenses se referiam aos soldados levados para a sua cidade no navio que Gonçalo Dom'inigues menciona. E este navio muito bem pode ter sido um barco ido Porto, urna vez que os dois embaixadores portugueses estavam autorizados por Ricardo II a deter barcos portugueses em águas inglesas e utilizá-las para qualquer fim relacionado com a sua missão diplomática.

Deve notar-se que, em 1436, ainda se considerava factó histórico na corte portuguesa, que *muitos* soldados ingleses tivessem ido a Portugal em auxilio .de D. João. Estava reservado a Fernão Lopes transformar «muitos» em «poucos».

Os elementos que tentei apresentar nesta comunicação parecem-me forçar-nos, assim, a concluir que cerca de 400 soldados ingleses chegaram a Lisboa em 2 de Abril de 1385. Também julgo que possuímos boas provas, embora não de testemunha ocular, de que mais 90 desembarcaram em Setúbal ao mesmo tempo e de que pelo menos 150 provávelmente alcançaram o Porto. Há razões para pensar, acrescente-se, que um contingente anglo-gascão — não grande—, sob o comando do cavaleiro da Gasconha Guilherme de Mon tf errant, .chegou a Portugal uns meses mais tarde (19). Estamos

(18) Ver .António Cruz, «>Do auxilio prestado a Lisboa pelos portuenses no cerco de 1384» no livro editado pelo iMunicípio do Porto, *Duas Cidades ao serviço de Portugal*, I (Porto, 1947), ip. 45.

(19) Embora Montferramt e alguns membros da sua comitiva 'recebessem cartas de protecção de Ricardo II em Deztembro de 1384 em Londres (Public Record Office, *Chanoery Warrants*, file 1 J0'21, n.º 39), para a sua viagem a Portugal «in obsequium nostrum in comitiva dilecti nobis Femandi, magistri ordinis malicie Sancti Jacobi de Portugialia», o ea valeiro gascão não figura entre

claramente em presença de números que se aproximam muito mais dos fornecidos pelo Monge de Westminster do que da mera cifra de 200 que Fernão Lopes indica.

Poder-se-ia, naturalmente, argumentar que o número de homens que dessembarcaram em Abril não seria necessariamente o dos ingleses e gascões presentes em Aljubarrota. Certamente que tena havido baixas nos combates entre Abril e Agosto. Apesar disso, e na ausencia de qualquer informação segura em contrario, deveremos admitir que D. João tomou medidas para que o contingente inglês se juntasse ao seu exército na máxima força ao iniciar-se a campanha de Aljubarrota. Devemos lembrar-nos de que se tratava de soldados veteranos ⁽²⁰⁾, experimentados em campos de batalha franceses e em outros, e cuja vinda a Portugal representava para os portugueses um pesado encargo financeiro. É inconcebível que o rei português, a quem escasseavam os homens de armas portugueses com experiência, e mal provido de besteiros, deixasse as tropas inglesas em serviço de guarnição, ao reunir o exército que havia de enfrentar o inimigo na batalha decisiva para o futuro de Portugal. Ainda que admitamos o improvável — nomeadamente que os homens des embarcados do Porto se não tivessem reunido ao exército — parece ser certo que Fernão Lopes avalia em muito pouco a força do contingente anglo-gascão em Aljubarrota.

III — Esta conclusão é importante em si mesma, uma vez que vai afectar ideias tradicionais sobre o balanço do exército português na batalha e a utilidade da aliança com a Inglaterra no momento mais crítico da história medieval portuguesa. Mas também levanta questões difíceis a respeito da objectividade de Fernão Lopes». Na

os comandantes da força na ordem real de 8 de Janeiro de 1385 referente aos preparativos do seu embarque para Portugal (Rymer, *Foedera*, VII, p. 453). Os comandantes ali nomeados são os escudeiros Reginald Cofotoam, Peter Cressingham, Elie de Blyth, Robert Grantham e Thlomas Dale. Não há, porém, dúvida de que Montferrant esteve presente em Aljubarrota, onde ficou morto. Fernão Lopes indica que ele se reuniu ao exército em Tomar no princípio de Agosto (D. João, 2.^{da} parte, p. 45). Isto faz-me pensar que Montferrant e os seus gascões dhiegassem a Portugal muito depois de Abril.

⁽²⁰⁾ Peter Gressingham, Thomas Dale e Sir Henry Ilcomb, por exemplo, tinham tomado todos parte na invasão de França sob o comando do conde de Buckingham já em 1374 (Rymer, *ob. cit.*, III (2), pp. 1WÍMOII).

primeira edição impressa da *Crónica de D. João I*, como vimos, o texto da carta de Gongallo Domingues foi inserido como urna espécie de apêndice à descrição da chegada dos dois barcos ingleses a Lisboa, que siaiu indubitâvdlmente da pena do cronista. Esta descrição apresenta grandes semelhanças à de Gonçalo Domingues. Mas o cronista nada nos diz sobre o número de soldados ingleses que transportavam os dois barcos. Limita a sua referência à chegada dos abastecimentos a bordo deles, à simples afirmação de que levavam trigo. Não faz a mais pequena referência aos mencionados desembarques de outras tropas inglesas em Setúbal e no Porto.

iSoares da Sylva considerava evidente que Fernão Lopes copiara toda a sua narrativa da carta de Gonçalo Domingues. Se isto assim é, teremos de acusar o cronista de haver conscientemente suprimido provas em primeira mão sobre a importância do auxilio inglês a D. João nos dias criticos de 1305.

O problema apresenta-isie, contudo, na minha opinião, miais complicado. É verdade que o capitulo em que o cronista descreve a chegada dos barcos ingleses trata de uma mistura de vários factos, ao que parece, tirados de documentos que ele examinou. Isto constitui uma prova a *priori* em apodo do parecer que a informação sobre os barcos ingleses tamibém foi tirada de um documento. Mas um exame comparativo e cuidadoso dos dois textos revela que há divergências de detalhe. Além disso, Fernão Lopes informa-nos de que os recém-chegados eram mandados a Évora equipar-se; a carta de Gonçalo Domingues não faz menção disto. Declara também o cronista que eles foram pagos pela primeira vez em Lisboa, o que parece contradizer a afirmação da carta sobre este assunto. Lembremo-nos que Gonçalo Domingues afirmia ter escrito Silvestre Estevens a D. João para pôr o rei ao corrente da chegada dos ingleses. Estevens e Domingues tinham discutido detalladamente o assunto entre si. As discrepâncias menores entre os dois relatos explicar-se-iam, pois, se Fernão Lopes tivesse visto a carta de Silvestre Estevens e não a de Gonçalo Domingues. Mas esta hipótese não nos autoriza a ilibar Fernão Lopes da acusação de ter suprimido factos importantes no cap. III da segunda parte da *Crónica de D. João*. Podemos ter a certeza de que Silvestre Estevens não deixou de dar a D. João informações exactas sobre o número de soldados ingleses que chegaram a Lisboa e dos que se dirigiam a Setúbal e ao Ponto.

Ao considerar este assunto é necessário ter presente que, através de toda a *Crónica de D. João*, mostra Fernão Lopes a intenção subtilmente deliberada de obstar a que surja no espírito dos leitores qualquer tendência para verem no auxílio inglês ao rei de Portugal contribuição significativa para o seu êxito em Aljubarrota. Suspeito de que uma das razões porque elle dá tanta ênfase a este ponto é o facto de Pero López de Ayaia ter não só chamado a atenção para a presença de homens de armas e arceiros ingleses no exército português na altura de Aljubarrota, mas ter insinuado que o rei dependeu das suas directrices de carácter tático; e ainda que a decisão de jogar tudo numa única batalha fora, de facto, resultante de sugestões inglesas. Admirável historiador que foi Fernão Lopes, não devemos esquecer-mos de que foi também um patriota e um ser que vivia intensamente a história que tinha de narrar. Penso que não inventou pura e simplesmente o número de 200. Sem dúvida tirou-o de qualquer das várias narrativas contraditórias de entre as quais nos diz ter tido que escolher. O ponto é que, nesta ocasião, parecem ter sido as suas emoções que ditaram a escolha.

IV — Até que ponto esta revisão do número de soldados de Inglaterra e da Gasconha presentes em Aljubarrota vem alterar a opinião estabelecida sobre a força do exército português e a importância do contingente anglo-gasão? Parece indicar que talvez um quinto dos homens de armas lhe tenha advindo de Inglaterra ou de Gasconha. Esta proporção não pode ter sido decisiva. Muito mais incerta é a situação no que respeita a arceiros. Diz-nos Fernão Lopes que havia somente 800 besteiros no exército de D. João. Agora que a este número, parece, devemos juntar, pelo menos, uns 300 arceiros ingleses, conclui-se que a potência de fogo do lado português em Aljubarrota era consideravelmente maior do que as indicações de Fernão Lopes fazem crer. Além disso, devemos lembrar-nos, que 300 arceiros ingleses podiam disparar entre 3.000 e 3.600 flechas cada minuto, enquanto 800 besteiros disparavam 1.600. Uma vez que a vantagem dos portugueses nas críticas fases iniciais da batalha parece ter sido devida em grande parte ao fogo devastador desta combinação de arceiros e besteiros, é difícil negar que a dívida de D. João para com os seus arceiros ingleses deva ter sido muito considerável.

Isto explica o que sugerem os dois melhores /cronistas monásticos

ingleses contemporâneos da batalha. A *História Anglicana* de Thomas Walsinghaimi fala muito da campanha de Aljubarrota, embora não indique o número de soldados ingleses que nela tomaram parte. Insiste em que o rei português deveu muito aos seus aliados, e em que reconhecia abertamente a sua dívida ⁽²¹⁾. O Monge de Westminster, ao apresentar o seu cálculo de 700 ingleses presentes no campo de batalha, salienta também a dívida. Mas vale a pena notar que ambas estas fontes, tal como as poucas crônicas monásticas inglesas do tempo que tratam de Aljubarrota, consideram a vitória em si manifestam ente portuguesa e o comando que a alcançara também português. De resto o informe sobre a batalha escrito pelo rei castelhano derrotado — o qual teria todos os motivos para denegrir o êxito de D. João, se pudesse fazê-lo — não tenta sugerir que a sua derrota tivesse sido levada a efeito pela presença dos homens de armas e arceiros ingleses no lado inimigo, embora ele também a ponha muito em evidência. Per conseguinte, a aceitação da carta de Gonçalo Domingues como autêntica, pode dar-nos motivos para conceder mais importância do que estamos habituados ao papel dos soldados ingleses em Aljubarrota. Pode, também, dar-nos motivo a que pensemos duas vezes na confiança que Pertião Lopes merece como cronista da batalha. Não nos concede nenhum para que ponhamos em dúvida a validade do seu orgulho em Aljubarrota como notável feito de armas português, coisa que ele pareceu recear.

P. E. RUSSELL

(21) Thomas Walsingham, *Historia anglicana*, ed. H. T. Riley, H (London, 1;864), pp. 134-5 e 13«.